

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Amanda de Moura Galvão

**DO MONOPÓLIO CATÓLICO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO BRASIL:  
UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO DO  
PERÍODO COLONIAL ATÉ O REPUBLICANO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: André Sidnei Musskopf.

Juiz de Fora  
2024

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **AMANDA DE MOURA GALVÃO**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número XXXXXXX, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DO MONOPÓLIO CATÓLICO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O REPUBLICANO**, desenvolvido durante o período de DATA DO INÍCIO DO TCC a DATA DO FINAL DO TCC sob a orientação de **ANDRÉ SIDNEI MUSSKOPF**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

AMANDA DE MOURA GALVÃO

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

**OBSERVAÇÃO:** esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# DO MONOPÓLIO CATÓLICO À PLURALIDADE RELIGIOSA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO DO PERÍODO COLONIAL ATÉ O REPUBLICANO

Amanda de Moura Galvão<sup>1</sup>

## RESUMO

O maior país da “América Católica”, após 400 anos, começou a passar por um processo que revolucionou o cenário religioso católico hegemônico. As consequências mais evidentes desta transfiguração começaram a aparecer no censo dos anos 2000 que apontou uma queda no número de adeptos ao catolicismo e um quadro religioso brasileiro mais plural com o aparecimento de outras religiões. Portanto, o artigo tem o objetivo de analisar as mudanças no cenário religioso brasileiro do período colonial até o republicano e suas consequências nos tempos atuais e futuros. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva de natureza qualitativa utilizando fontes bibliográficas e dados censitários. Conclui-se que há um cenário religioso plural e que o grupo protestante, com destaque para pentecostais e neopentecostais, é o que mais cresce perante as outras religiões e, segundo estudos, em 2040, poderá ultrapassar o catolicismo e mudar ainda mais esse quadro religioso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Queda do catolicismo. Crescimento evangélico. Cenário religioso brasileiro. Pluralidade religiosa.

## 1. INTRODUÇÃO

A constituição do cenário religioso brasileiro tem se dado historicamente em processos bastante complexos e multifacetados. Marcado pela conquista do território e genocídio dos povos originários - incluindo o apagamento de suas cosmovisões e práticas religiosas - o processo colonial no Brasil se constituiu aliando interesses econômicos, políticos e religiosos. A aliança entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica Romana perduraram durante séculos no Brasil e determinaram grande parte de sua história, garantindo a hegemonia absoluta do catolicismo romano, tanto no campo formal e legal, quanto nas práticas culturais e sociais mais amplas.

Durante 400 anos, esse cenário foi marcado pela hegemonia católica no Brasil. A conquista do território brasileiro pela colonização aliada ao catolicismo foi algo relacionado à troca de favores e à relação de “cristandade”<sup>2</sup> que tinha com o Estado colonial e imperial português. No entanto, ao final do período imperial, essa hegemonia foi posta em xeque, pois a estrutura rígida e burocrática católica, presente há séculos no país, não conseguiu acompanhar a modernidade que a sociedade republicana trazia, dando brecha para a entrada e expansão do seu maior inimigo - o bloco protestante - e também de outras religiões.

Esse artigo tem como objetivo principal analisar os processos de transformação do cenário religioso brasileiro do período colonial até o republicano e examinar o declínio da hegemonia católico-romana no Brasil. Dessa forma, é possível entender o contexto religioso plural da sociedade brasileira atual e apontar para a presença mais expressiva de igrejas e grupos evangélicos em relação a outros grupos religiosos. Para se alcançar esses objetivos, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva. Dessa forma, empregou-se a revisão bibliográfica de literatura, utilizando como referência dados do censo e, também, reflexões produzidas por especialistas dessa temática. O objetivo, por fim, é fazer algumas considerações sobre quais os desafios que essas transformações colocam para o contexto brasileiro atual e futuro.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 O declínio da hegemonia católico-romana no Brasil

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: André Sidnei Musskopf.

<sup>2</sup> Segundo Musskopf (2008), o termo “cristandade” significa união entre o poder religioso e o estatal visando a dominação de monarcas ibéricos sobre o continente americano como condição fundamental para a implantação da fé católica sobre o território dominado.

O período republicano não só trouxe mudanças que alteraram a ordem política, mas também a ordem religiosa do país. Com o fim do Império e o fim do Padroado,<sup>3</sup> a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) acabou perdendo as suas regalias como religião oficial do Estado. Além do mais, viu o seu território hegemônico existente desde a colonização portuguesa no Brasil sendo invadido por outras religiões, inclusive pelo seu maior adversário, o bloco protestante (Mendonça, 2003). Nos dias atuais, as consequências dessa transfiguração política, social e religiosa ainda são apontadas nos dados do censo e nas mudanças que acontecem no cenário religioso brasileiro.

Com um amplo domínio da Igreja Católica até o ano 2000, o Brasil acompanha ao longo das primeiras décadas do século XXI o declínio católico enquanto religião absoluta do país, em paralelo com o crescimento acelerado dos evangélicos e o aumento de pessoas que se declaram sem religião ou de religiões não cristãs, como as de matriz africana (SANZ, 2024).

“A missão católica que celebrou a 1ª Missa no Brasil confundia-se com o governo português que conquistou o país.” (SCHULTZ, 2005, p. 41). Desde o início do processo de colonização portuguesa no Brasil, o poder temporal e o religioso estavam interligados e essa junção da exploração de riquezas e salvação de almas era conhecida como Padroado. Desse modo, a relação de troca entre os poderes se baseava na ajuda da Igreja ao “organizar os corpos para o sistema produtivo que o Estado queria implantar” (MUSSKOPF, 2008, p. 44) e do Estado ao ajudar a Igreja a implantar o sistema de crenças e comportamentos da moralidade católica à sociedade brasileira. No entanto, essa ajuda mútua era conveniente até que os interesses de ambas as partes não coincidiram, gerando um embate entre o poder mercantil e o religioso, prevalecendo, neste contexto, o poder mercantil. Portanto, a Igreja e o Estado se relacionam conforme o pressuposto, de acordo com Musskopf (2008, p.45), da “necessidade de se estabelecer na América um território sob o domínio dos monarcas ibéricos como condição fundamental para a implantação da fé católica.”. Esse processo é nomeado como “Cristandade”.

Segundo o censo do IBGE de 1872, a maioria da população, cerca de 99,7%, era católica e, em 1900, essa população ainda predominava com 98% de adeptos (SANZ, 2023). Por outro lado, Balloussier (2024) afirma que, nesse ano, o Brasil era governado por um imperador português que também detinha o poder religioso. Por isso os cidadãos estavam enquadrados no quadro religioso brasileiro de forma extremamente generalizada como católicos e, só depois do período republicano, com o catolicismo não sendo mais religião oficial do Estado, esse cenário mudou. Desse modo, a autora defende a tese de que é difícil esse número ser coerente com a realidade desse contexto histórico, com a imposição religiosa católica pelo governo português à população. Assim é possível suspeitar da ideia de que milhões de escravizados, ex-escravizados e indígenas se curvaram ao Vaticano.

Nesse sentido, na passagem para o ano 2000, havia cerca 73,8% de católicos na população brasileira e, já no ano de 2010, o padrão de queda nas pesquisas permaneceu, passando o número de pessoas que se declaram católicas para 64,6% da população. Isto é, “embora seguindo majoritariamente, a religião católica caiu de 124,9 milhões em 2000 para 123,2 milhões em 2010, num percentual de queda considerável de 12,2%, perdendo nestes 10 anos cerca de 1,6 milhões de adeptos, ou seja, 465 por dia” (CAMURÇA, 2012). Como afirma Pierucci (2004, p. 17), “Não à toa, a antiga reza católica do ‘glória ao Pai’ concluía em palavras desejanτες: ‘assim como era no princípio, agora e sempre por todos os séculos e séculos, amém’. Não é mais assim. Isso está acabando. *Bye, bye!*”

Mesmo com uma queda geral na porcentagem de católicos no Brasil, a região Sudeste, em especial no Estado do Rio de Janeiro, permanece com o título de região com o menor número de pessoas que praticam o catolicismo. No estado de Minas Gerais, por exemplo, ainda existe uma forte tradição católica, o que o diferencia dos outros estados da região. Em um ranking, esse estado segue apenas atrás dos estados das regiões Nordeste e Sul, quando se trata demograficamente sobre o maior número de adeptos ao catolicismo (CAMURÇA, 2012). Em relação ao baixo percentual de católicos declarados, o estado do Rio de Janeiro aparece com destaque, com menos de 50% dessa população, com 45% percentuais. O território fluminense também se destaca pelo crescimento de evangélicos, de autodeclarados como sem religião e por possuir o maior número de praticantes declarados de religiões afro-brasileiras (MORAIS, 2024).

---

<sup>3</sup> De acordo com Musskopf (2008), “padroado” é o sistema que nomeou a interligação entre o poder temporal e o poder religioso no Brasil. Essa relação entre a cruz e a coroa começou desde o início do processo de colonização e perdurou até o final do período imperial.

De acordo com demógrafo José Eustáquio Diniz Alves (apud SANZ, 2024, p. 1), a queda das filiações católicas entre os grandes países como um fato histórico, inédito e surpreendente aos olhos dos estudiosos, se deve à rapidez de como essa estrutura foi destruída. O demógrafo também afirma que a ICAR possui uma tremenda dívida com diversos setores da sociedade brasileira, particularmente com os que sempre foram excluídos por conta das estruturas misóginas da hierarquia eclesiástica: indígenas, negros e mulheres. Além disso, antes do período republicano, a sociedade era pobre, tradicional, rural, com pouca escolaridade e com reduzida mobilidade socioespacial, e isso fazia com que o catolicismo tivesse uma boa aceitação pela sociedade, comungando com as práticas, ensinamentos e rituais católicos.

A Constituição Imperial de 1824, apesar de ainda manter o catolicismo como religião oficial do Império, foi produto da onda protestante de tradição política liberal, democrática e republicana, apoiada por políticos do Império, assim como elites liberais e uma monarquia esclarecida, com a lei de tolerância religiosa. Essa Constituição abriu portas para outras religiões que não eram católicas se tornarem presentes no Brasil, de uma forma legal. Também, durante o Império, o Imperador, por conta do regalismo herdado de Portugal, tinha o direito de tomar decisões a respeito da religião, o que limitava o poder da religião oficial de reagir contra essa “invasão” de outras religiões ao seu território hegemônico (MENDONÇA, 2003).

Portanto, a partir do século XIX, o fato de o catolicismo ser a religião hegemônica do país e garantida pelo Estado como religião oficial começou a ser quebrada. De acordo com os dados do IBGE, houve, de maneira mais expressiva, a diminuição do número de adeptos ao catolicismo e o crescimento de novos fenômenos no universo religioso brasileiro, como o aparecimento de pessoas com outras religiões e de pessoas sem religião. Isto posto, a Igreja Católica teve que conviver com religiões que cresceram no país e continuam crescendo. No Brasil, como na Europa, os católicos se incomodaram com os protestantes. Esse grupo passou a ser o principal adversário da religião residente, não só pela conversão de adeptos, mas também pelas ideias liberais e progressistas que eram novidade para a época (MENDONÇA, 2003).

## 2.2 Um contexto religioso mais plural

O grupo protestante apareceu pela primeira vez no censo no ano de 1900, representando apenas 1% da população, mas, ao longo do tempo, foi conquistando público e espaço, pois em 1991 começou a crescer 0,63% ao ano até chegar ao ano 2000 (SANZ, 2024). Todo esse crescimento foi impulsionado especialmente pelas migrações internas pelo Brasil, que se concentram “[...] principalmente nas periferias das grandes regiões metropolitanas e na fronteira agrícola e mineral do Norte e Centro-Oeste do Brasil formando o que César Romero Jacob chamou de ‘anel pentecostal’ envolvendo a partir da periferia o centro das grandes metrópoles brasileiras” (JACOB apud CAMURÇA, 2012, p. 2). Segundo dados do IBGE, o protestantismo, em um período de 10 anos, passou de 15,41% no ano 2000 para 22,16% em 2010, alavancado principalmente pelos evangélicos<sup>4</sup>. Assim,

O avanço acelerado das igrejas evangélicas anuncia para breve um Brasil de maioria religiosa evangélica. Se isso vier a acontecer, o país se tornará também culturalmente evangélico? Traços católicos e afro-brasileiros serão apagados, assim como festas profanas malvistas pela nova religião dominante? Deixarão de existir o carnaval, as festas juninas, o famoso São João do Nordeste? Rios, serras, cidades, ruas, escolas, hospitais, indústrias, lojas terão seus nomes católicos trocados? A cidade de São Paulo voltará a se chamar Piratininga? E mais, mudarão os valores que orientam as vidas por aqui? (PRANDI apud BALLOUSIER, 2024, p.13).

---

<sup>4</sup> O nome “protestante”, historicamente, é dado aos grupos que aderiram à Reforma religiosa do século XVI. No entanto, batistas e anglicanos não adotaram esse nome. Os protestantes em geral se autodenominam “crentes”, porém, com o desenvolvimento do pentecostalismo, os pentecostais também se autodenominam com esse termo. O nome “crente” circulava principalmente entre adeptos da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã no Brasil, igrejas pioneiras do pentecostalismo clássico. A reforma protestante promoveu uma imensa dissidência, caracterizada por múltiplas faces e contradições. Nesse sentido, o campo dos evangélicos divide-se em três grandes blocos: os evangélicos históricos ou tradicionais, aos quais atribui-se o conceito de “protestante”, os pentecostais clássicos, e os neopentecostais. Os pentecostais são uma ponte entre os evangélicos tradicionais e os neopentecostais e se diferenciam dos tradicionais devido ao foco “na repetição da experiência estática do Espírito Santo e pelo sentido emocional do seu culto” e dos neopentecostais por se manterem distantes do sincretismo. Para os pentecostais e tradicionais, os neopentecostais se distanciam do cristianismo puro. Embora não coincida com o que pensam os protestantes, os católicos, a mídia e as pessoas em geral utilizam o termo genérico “evangélico” para nomear esses três grandes blocos. Nas áreas acadêmicas, o termo “protestante” permanece devido às questões históricas da reforma protestante (MENDONÇA, 2003, p. 154).

De acordo com as pesquisas do demógrafo José Eustáquio Diniz Alves (CAMURÇA, 2012 apud O Globo, 01/07/12), caso os percentuais católicos permaneçam neste ritmo de queda do período de 2000 a 2010, até o ano de 2030, os católicos irão ser menos de 50% da população e, em 2040, podem chegar a se equiparar com o número de evangélicos no censo, mas com o grupo evangélico à frente com uma vantagem de 2%. Ademais, o demógrafo (apud SANZ, 2024, p. 1) defende a tese de que o Brasil está passando por um processo de transição religiosa, mas não significa que os evangélicos irão “monopolizar a fé, com o Brasil se tornando um país ‘evangelistão’”. Afinal são novos tempos e, concomitantemente, outros núcleos do universo religioso brasileiro crescem, como o de pessoas que se declaram ser de religiões não cristãs, como umbandistas e candomblecistas, e de pessoas que se declaram sem religião, apresentando uma configuração religiosa mais plural.

Não só os dados do IBGE demonstram o crescimento evangélico. Também o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o demonstra em um estudo, usando dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego. Esse estudo aponta que dos 124,5 mil estabelecimentos religiosos existentes no Brasil em 2021, 14,3 mil eram católicos, 23 mil evangélicos tradicionais e 64 mil de pentecostais e neopentecostais. Na Assembleia de Deus, por exemplo, havia cerca de 17,3 mil templos e uma alta capacidade de disseminação, maior do que a da Igreja Católica (SANZ, 2024). Nota-se, portanto, o crescimento evangélico de forma física no meio urbano.

O crescimento protestante foi o que mais incomodou e incomoda a Igreja Católica, pois se antes era a entrada, hoje é a chance de ultrapassar o número de adeptos católicos no censo. O protestantismo, em certo sentido, já nasceu como um protesto contra a ICAR, porque rompeu com o sistema de doutrinas e tradições estabelecidas há muito tempo. Além do impacto do protestantismo no país, o grupo dos “sem religião” e religiões como a espírita e as afro-brasileiras foram crescendo e se infiltrando, trazendo impacto sociorreligioso no Brasil.

A pluralidade religiosa no Brasil trouxe um núcleo que vai além da institucionalização que são os “sem religião”. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, do ano de 1991 até 2010, o grupo teve um crescimento de 3,67%, passando de 4,73% para 8,04%. O crescimento do número de pessoas que se identificam dessa maneira foi de fato significativo no ano de 1991 até 2000, passando de 4,73% para 7,35%. Segundo as pesquisas, no período de quase 20 anos, os “sem religião” tiveram um crescimento de quase 9 milhões de pessoas. Mendonça (2003, p.160) defende a ideia de que a ausência de religião cresceu de forma significativa e rápida por causa do processo de secularização que envolve a sociedade brasileira. Trata-se de uma mistura de cultos e religiões diferentes que se espalham em muitas direções. Esse contingente dos sem religião compõe-se de ateus, agnósticos, positivistas e os considerados indiferentes, cientistas e intelectuais.

Assim como os evangélicos, o grupo dos sem religião cresceu nas zonas de imigração interna brasileira, marcando presença especialmente nas áreas urbanas das cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís (CAMURÇA, 2012). Por outro lado, Camurça (2012) afirma que, embora o crescimento dos sem religião seja menor que o crescimento dos evangélicos, não significa que esteja indicando que não haja o crescimento dos sem religião, porque, para o autor, os sem religião são religiosos sem instituição, mas que ainda seguem alguma tradição religiosa sem pertencer a uma religião específica. Esse processo está relacionado à pós-modernidade religiosa.<sup>5</sup>

Nas sociedades pós-tradicionais, *et pour cause*, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencajar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertencas sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais (PIERUCCI, 2004, p. 19).

---

<sup>5</sup> Segundo Lima (2020), a religião no pós-modernismo volta a ser um tópico importante para a sociedade, mas com uma visão diferente das anteriores, marcada por um acentuado pluralismo religioso e uma vivência mais individual da religião. O ser humano se torna centro do universo e não Deus. Nesse meio, os conceitos de “secularização” e “progresso” acabam se sobrepondo. Para ele, a religião é vista como uma dimensão essencial do ser humano, mas sofre as consequências da nova visão de mundo pós-moderna, precisando passar pela compreensão, pela racionalidade e pelo que produz o ser pensante.

Outrossim, o segmento religioso espírita também teve um aumento no número de adeptos de acordo com os dados do IBGE, e passou de 1,12% com o total de 1.664.355 adeptos em 1991 para 2,02% com 3.848.876 adeptos em 2010. O segmento cresceu de forma mais forte na região sudeste, tendo um público inspirado no caráter mais elitista, formado majoritariamente por pessoas brancas, de alta renda, que ganham mais de 5 salários-mínimos. Nesse grupo, encontram-se maiores índices de pessoas alfabetizadas e com acesso ao ensino superior (CAMURÇA, 2012, p. 3).

Até o fim da década de 40, por preconceitos revestidos de restrições legais, os cultos de umbanda e candomblé começaram a aparecer nos cartórios de registros como centros espíritas. O número de espíritas em 1950 se apresenta em 1,6% da população e isso pode ser, na verdade, resultado da junção de três religiões, uma vez que naquele ano nem umbanda nem candomblé apareçam nas pesquisas. Já em 1991, a umbanda e o candomblé estão juntos no censo, demonstrando 0,44% da população e o espiritismo cai para 1,12%, algo que justificaria a queda dos espíritas. Em 2000, as religiões afro-brasileiras umbanda e candomblé aparecem separadas, a primeira com 0,25% e a segunda com 0,08%. O grupo dos espíritas subiu para 1,38%, mas não chegou a ultrapassar a porcentagem do que foi em 1950.

Como se vê, a aceitação, que ultrapassa a tolerância, de cultos africanos no Brasil só se deu a partir do fim da Primeira República e ganha espaço ou liberdade plena já no fim dos anos 50. Antes disso, apesar da liberdade de culto estabelecida pela Constituição Republicana, os cultos africanos eram identificados como feitiçaria e enquadrados no crime de prática ilegal da medicina, daí se esconderem sob a rubrica de tendas espíritas. Mas esses cultos foram logo enquadrados no conceito de “baixo espiritismo”, como prática de sortilégios, feitiçaria e curandeirismo, em contraposição ao “alto espiritismo”, reconhecido e protegido pela lei como religião de princípios nobres e praticado por pessoas de elevada posição na sociedade (NEGRÃO apud MENDONÇA, 2003, p. 161).

O período republicano trouxe a concepção de estado laico e deu fim à relação entre a cruz e a coroa que durou quase 400 anos. Mesmo não sendo mais a religião oficial do Brasil, o catolicismo ainda se beneficiou de alguns poderes tanto na política quanto nas instituições estatais e governamentais, fazendo com que a forma jurídica no Brasil em relação à laicidade do país recebesse uma característica inédita, isto é, o estado laico não tem uma religião oficial e não se manifesta em assuntos religiosos, mas garante liberdade para praticar uma religião. Apesar disso, a igreja católica, com sua moral, permaneceu de forma onipresente na sociedade com seus valores, dogmas e concepções, muitas vezes reforçando o racismo ao rotular de “primitivas” e “demoníacas” as religiões de matriz africana (LEITE apud MORAIS, 2018).

Presente em todos os textos constitucionais anteriores, esta ressalva acabou justificando várias ações do Estado às religiões que não se adequaram a uma moral cristã católica, que sempre pautou o conceito de bons costumes, gerando múltiplas interpretações por parte das autoridades. O preconceito contra as religiões afro-brasileiras, como percebemos até aqui, se manteve ao longo do período republicano em função de uma interpretação da doutrina constitucionalista que não ofereceu uma diretriz segura sobre o direito de alguns à prática religiosa diante de outros direitos cidadãos (LEITE apud MORAIS, 2018, p. 51).

Outro avanço constitucional para a liberdade religiosa e a perda da hegemonia católica foi a Constituição cidadã de 1988. Em tese, ela se tornou revolucionária para as religiões que estavam chegando e se proliferando no Brasil, trazendo avanços legais como a garantia da liberdade religiosa e a autonomia de crença e culto. No entanto, isso não garantiu o fim da intolerância religiosa, permanecendo uma ideia de liberdade religiosa insatisfatória, pois essa concepção de liberdade religiosa ainda está relacionada a valores cristãos. A tensão entre Estado laico e cristianismo representado pela Igreja se deve ao fato de haver um número significativo de praticantes do catolicismo na administração do Estado. Atualmente, com o crescimento dos evangélicos, esse quadro está mudando. (LEITE apud MORAIS, 2018).

### **2.3 O crescimento evangélico**

De início, as primeiras levas de protestantes que chegaram ao Brasil não tinham a intenção de se aproximar tanto da política quanto dos meios de comunicação. Mas, ao longo dos anos, esses grupos colocaram

em prática projetos para o crescimento do número de fiéis e começaram a ter uma maior presença no espaço público. Dessa forma, começaram a se mostrar mais fortes e presentes na sociedade, ficando em peso nos lares, aparecendo na televisão, participando da política e formando a primeira bancada evangélica. “O Deus dos evangélicos estava ali e, nas décadas seguintes, daria a cara em qualquer canto do Brasil” (BALLOUSSIER, 2024, p. 10).

O Brasil já tinha passado pelo processo de independência e não poderia manter o velho sistema colonial que proibia outras religiões (para além do catolicismo) em seu território. A vinda de imigrantes estrangeiros para morarem no território brasileiro por conta da política brasileira de parceria com a Inglaterra e pela mão de obra escrava que estava sendo substituída pela mão de obra imigrante favoreceu esse processo. Dessa forma, o país teria que se tornar um lugar mais receptivo para os novos moradores (MENDONÇA, 2003). O protestantismo “histórico” ou “missionário” foi o primeiro subgrupo do protestantismo a ser transplantado ao Brasil e à América Latina, no século XIX. Sua vinda neste contexto histórico se tornou sinônimo de rompimento com a cultura latina e católica instaurada há anos no país (CAMPOS, 2011).

[...] o luteranismo, a primeira das formações do antigo protestantismo a se enraizar em solo brasileiro, que aqui se desembarcou, para aqui ficar, com as primeiras levas de colonização alemã no início do primeiro Império, instalando-se, etnicamente autocentrado e espontaneamente segregado, meio livre, meio emparedado, num circundante Brasil oficialmente católico. Ninguém fala muito nisso, sabe-se lá o porquê, mas o luteranismo, “tipo-ideal-em-carne-e-osso” do chamado “protestantismo de imigração”, também se mostra numericamente minguante neste Brasil que adentra o século XXI (PIERUCCI, 2004, p. 17).

A Constituição de 1824 foi outro fator que facilitou não só a expansão evangélica, mas também a de outras religiões como visto acima. Em seu artigo 5º, foi garantido o princípio da liberdade religiosa. No entanto, a constituição foi elaborada ainda nos tempos imperiais com a Igreja Católica sendo a religião oficial do Estado. Isso fez com que o poder Real, que podia se envolver diretamente na hierarquia eclesiástica, agisse de modo que a instituição religiosa ficasse subordinada a ele. Mais tarde, esse sistema colocaria o protestantismo em um patamar mais próximo do católico, fazendo com que conquistasse poderes civis na República, como a celebração legal de casamentos pelos pastores. Dessa forma, a ICAR assistiu seu principal adversário naquele momento, o protestantismo, entrar no território brasileiro, não só no campo religioso, mas também no político (MENDONÇA, 2003).

Como dito anteriormente, os recém-chegados protestantes não tinham o objetivo inicial de conquistar a política ou os meios de comunicação, e sim criar alianças e, caso isso não fosse algo que traria consequências positivas, eram vistos como capazes de trazer transformações, progresso e modernização. Em alguns casos, começaram a “protestar” contra o regime religioso anterior, contestando e denunciando o sistema “retrógrado” da Igreja Católica, uma promessa que chamou a atenção de uma elite intelectual. Mas, ao longo do tempo, o protestantismo acabou participando nos meios de comunicação e da política, frustrou a elite intelectual, multiplicou-se em subgrupos e, criando rivalidades entre si, começou a optar por pregar uma corrente mais escapista, negativista, individualista, diferente da transformação social prometida (CAMPOS, 2011).

No entanto, o sucesso do protestantismo histórico, depois do final do século XIX, não acompanhou as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, dando espaço para que as ondas pentecostais tivessem mais sucesso. Nesse momento, o que antes era visto por muitos como um inimigo comum - o catolicismo - começou a ser deixado de lado, dando margem a uma rivalidade interna no campo protestante. Inicialmente, nos anos 1910 e 1911, com a chegada dos primeiros pentecostais no Brasil, que se expandiram de forma lenta, o protestantismo histórico passou a sofrer uma queda em seu crescimento, mas isso só ficou evidente na década de 30 (CAMPOS 2011).

Em 1950 aconteceu a segunda onda de explosão pentecostal, que fez com que esse grupo começasse de fato a se destacar na sociedade. Esse cenário ficou ainda mais visível no ano de 1970, quando, no contexto do subcampo evangélico plural, conflituoso e competitivo, o pentecostalismo passou a levar vantagens, ampliando sua respectiva cultura religiosa. Além disso, a emergência de uma “terceira onda” fez com que essa corrente conquistasse ainda mais seguidores, no que se tem chamado de “neopentecostalismo”. Nesse sentido, ocorreu o aumento do número de neopentecostais e a ampliação dos seus universos simbólicos, com o acréscimo de crenças, símbolos, tornando-se, assim, “portadores de teologias e discursos híbridos e sincréticos” (CAMPOS, 2011).

Com o intuito de se moldar às tendências da sociedade, o pentecostalismo passou por mudanças internas. Dessa forma, começou a engrandecer e cultivar características como prosperidade e riqueza no lugar

de glossolalia e pobreza, valorizadas inicialmente (CAMPOS, 2011). Sendo assim, o pentecostalismo e o neopentecostalismo foram as correntes protestantes que mais fizeram com que o segmento evangélico crescesse nos tempos atuais, por se adaptarem melhor às mudanças presentes na sociedade brasileira.

Para melhor explicar o crescimento evangélico e a queda católica na atualidade, a autora Anna Balloussier, em seu livro *o Púlpito* (2024, p. 36), compara a queda católica a “um lento transatlântico da fé, a mercê do poder verticalizado do Vaticano para desatolar da tradição”; e a expansão evangélica a “um jet ski que ziguezagueia com mais desembaraço na maré religiosa”. Além disso, o crescimento mais acelerado dos evangélicos comparado a um *jet ski*, majoritariamente, se deve a uma das correntes evangélicas, o pentecostalismo, grupo que melhor se adaptou ao neoliberalismo que chegou ao Brasil no ano de 1990.

Partindo das pesquisas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Balloussier (2024) aponta que, nos últimos anos, o número de templos evangélicos confirmados com CNPJ aumentou 228,5% no período de 1998 até 2021, especialmente os de corrente pentecostal. Na prática, há possibilidade desse número ser maior, já que, de modo oposto à centralizada e também burocrática estrutura eclesial católica, as igrejas evangélicas conseguem de forma rápida e eficaz acompanhar em transformações presentes na população (CAMURÇA, 2012).

Um dos exemplos citados por Balloussier (2024, p. 12) para explicar o crescimento mais rápido das igrejas evangélicas foi a comparação entre a formação de padres e pastores. Dessa forma, aponta-se que o processo para a formação de um padre é hierarquizado e demora anos para se concretizar, não sendo algo que atrai tantas pessoas como ocorria nos tempos coloniais. Já o processo para a formação de um pastor é mais fácil e rápido, dependendo de um denominador teológico comum para realizar o sonho de ter sua própria Igreja. “Daí a customização da fé que tudo comporta, da Igreja de São Paulo que prega o evangelho ao som de heavy metal (a Crash Church) à goiana que instituiu o culto para pets, recebendo provocações do tipo ‘quem vai pregar é um pastor alemão?’” (BALLOUSSIER, 2024, p. 12).

Como consequência do processo expansionista evangélico, as pessoas começaram a se sentir incentivadas a participar dessa corrente. Uma das principais estratégias usadas para cativar os fiéis foi usar o entretenimento a seu favor, além de se aproveitar do processo de customização religiosa que também poderia se adaptar aos preceitos cristãos. Músicas gospel, caravanas da fé, igrejas destinadas a grupos específicos como a Bola de Neve Church para os surfistas, blocos carnavalescos como o “Suvaco de Cristo”, adaptações de músicas como “Pelados em Santos” dos Mamonas Assassinas, com o refrão “Jesus me deixa doidããããããã”, expressam que para ser crente na atualidade não é necessário fugir das “coisas do mundo” que eram tão demonizadas pela velha guarda evangélica (BALLOUSSIER, 2024).

O grupo dos evangélicos cresceu de forma mais efetiva dos anos de 2000-2010, tendo o aumento de 26 milhões de seguidores em um período de 10 anos. O grupo pentecostal foi o protagonista dessa expansão, crescendo em todas as regiões do país, devido às forças das migrações internas no Brasil, concentrando-se nas áreas de fronteira agrícola e mineral do Norte e do Centro-Oeste e nas periferias das grandes regiões metropolitanas, ou seja, no “espaço conurbado” do Sudeste como Rio de Janeiro e São Paulo. Exemplos desse crescimento evangélico são as cidades Belford Roxo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias que ficam no “espaço conurbado” da região metropolitana do Rio de Janeiro e que tiveram o número de católicos ultrapassado pelo número de evangélicos (CAMURÇA, 2012).

Além disso, existe uma tendência demográfica para que o grupo evangélico continue crescendo no âmbito brasileiro, já que a população evangélica também é mais juvenil e em idade reprodutiva que a católica. Mesmo que não houvesse conversões ao evangelicalismo, o rebanho de evangélicos, isto é, crianças influenciadas pela religião da mãe, já seria maior que o católico, que é formado por pessoas mais velhas, com 75,2% dos fiéis na faixa dos 80 anos, que foram da geração anterior em que a igreja católica ainda era hegemônica e ainda conseguia manter um pouco mais se seu controle sobre as mudanças na sociedade (CAMURÇA, 2012).

Diante do exposto, existiu um contexto histórico ainda no período imperial que facilitou a chegada dos evangélicos ao Brasil. A vinda de imigrantes para substituir a mão de obra escrava e a relação política entre Inglaterra tornou inevitável uma constituição que, em seu artigo 5º, garantisse o princípio de liberdade religiosa. Ademais, durante a trajetória dos protestantes no Brasil, houve uma “troca de rota” para se adaptar melhor à sociedade brasileira, como participar da política e da comunicação e ter uma corrente que ia às avessas da transformação social prometida. Outrossim, as correntes evangélicas foram se dividindo entre si, substituindo o inimigo comum que era o catolicismo pela rivalidade interna. Dessa maneira, a expansão e adaptação do evangelicalismo ao Brasil pós-moderno republicano foi tão expressiva que o rival comum que era o catolicismo

foi deixado de lado, dando margem a uma rivalidade interna com os pentecostais e neopentecostais vencendo esta briga em relação ao número de crescimento de fiéis nas pesquisas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos analisar, a partir de dados censitários e de reflexões de especialistas, as transformações no cenário religioso brasileiro. O resultado dessa análise é que o censo dos anos 2000 traduziu de uma forma numérica mais clara a consequência de um processo de transição religiosa que estava acontecendo no Brasil a partir do século XIX. Ademais, o maior país da “América Católica” passou por um processo de destradicionalização, mudando gradualmente sua cultura antes predominante para um contexto mais plural. Esse decréscimo católico não se deve apenas à pluralização no campo religioso brasileiro que vem se expandindo, mas também ao crescimento dinâmico protestante, principalmente ao super dinamismo dos ramos pentecostais e neopentecostais (PIERUCCI, 2004).

Do período colonial para o período republicano ocorreram várias transformações sociais e políticas que desbancaram a hegemonia católica no Brasil. A ICAR, com sua estrutura rígida e burocrática, não conseguiu acompanhar essas mudanças para continuar se mantendo no parâmetro que era antes na sociedade. São elas: fim do Padroado que trouxe o rompimento da relação do Estado e a Igreja Católica, a Constituição de 1824 que trouxe o princípio de liberdade religiosa, fazendo com que outras religiões pudessem se expandir no Brasil, a vinda de imigrantes para substituir a mão de obra escrava e a relação comercial com a Inglaterra que fez com que o Brasil mudasse suas posturas para conseguir hospedar os não católicos. Dessa forma, o período republicano trouxe para a sociedade brasileira um ar de modernidade diferente da sociedade colonial que era pobre, tradicional, rural, com pouca escolaridade e regida por um rei.

“Pluralismo sim, mas sobretudo com avanço e aumento do campo evangélico!” (CAMURÇA, 2012, p. 7). Dessa maneira, perante as transformações do cenário político, social e religioso, a sociedade brasileira está se encaminhando para um quadro religioso mais diverso. Como consequência disso, é apontado nos dados do censo o crescimento do grupo dos “sem religião” que é resultado da pós modernidade, trazendo a mistura de cultos e religiões que se encaixam em diferentes direções: o espiritismo ligado a uma parte mais elitista da população, e a umbanda e o candomblé, as religiões afro-brasileiras, que apesar de todos os preconceitos e censuras da moral cristã principalmente na época colonial e imperial, estão conseguindo resistir e crescer na sociedade republicana.

No entanto, segundo a análise do censo, a religião evangélica foi a que mais se destacou e cresceu na sociedade e, segundo pesquisas, em 2040, pode ultrapassar o número de católicos na população. Esse crescimento se deu principalmente pelo ramo dos pentecostais e pela facilidade de se adaptar às facetas da modernidade brasileira. Além disso, mesmo com o número de evangélicos podendo ultrapassar o número de católicos na sociedade, não se corre riscos do país se tornar um “Evangelistão”, pois para crescer e se adaptar na sociedade republicana, o grupo evangélico teve que aceitá-la com seus valores que são plurais e miscigenados, cenário que impede que seja uma religião radical e sectária, assim como a Igreja Católica foi um dia no Brasil. (BALLOUSSIER, 2024).

Camurça (2012) nomeia esse pluralismo religioso como “quase binário” devido ao crescimento alavancado do grupo evangélicos que podem alcançar a porcentagem católica no censo. Apesar de existirem outras religiões, a elevada porcentagem de ambas, sobretudo, acaba se ressaltando nas pesquisas e traz questionamentos para os estudiosos o fato de uma religião hegemônica durante 400 anos no país sofrer queda brusca do número de adeptos e outra religião crescer na rapidez de um *jet ski* na sociedade, podendo ultrapassar o número de adeptos da anciã. No entanto, essa “troca” da religião com mais adeptos no Brasil não é sinônimo de que a sociedade passe pelo mesmo processo que passou com a antiga, já que são novos tempos e também existem outras religiosidades no país além das duas.

### REFERÊNCIAS

BALOUSSIER, Anna Virgínia. **O púlpito**: fé, poder e o Brasil dos evangélicos. São Paulo: Todavia, 2024.

CAMPOS, L. S. Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças (Pentecostalism and “Historical” Protestantism in Brazil: one century of conflicts, assimilation and

changes) - DOI: 10.5752/P.2175-5841.2011v9n22p504. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 9, n. 22, p. 504-533, 24 out. 2011.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. O Brasil religioso que emerge do Censo 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). **Religiões em movimento: o censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 63-87.

LIMA, F. de. O Fenômeno Religioso na Pós-modernidade. **Revista Semiárido De Visu**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 255–266, 2020. DOI: 10.31416/rsdv.v8i2.58. Disponível em: <https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/58>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. República e pluralidade religiosa no Brasil. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13282/15100>. Acesso em: 5 maio 2024.

MORAIS, Marcelo Alonso. Liberdade religiosa e direito cidadão: desafios para a consolidação da Umbanda entre os períodos 1964-1985 e pós 1990 no Brasil. **Iberoamericana Quinqueecclesiensis** 17. El "espíritu del '68". 1968-2018: medio siglo de cambios y transformaciones en el Mundo y en Iberoamérica. Editores: Ferenc Fischer, Domingo Lilón, Máté Deák. Ponencias presentadas en la Conferencia Internacional que tuvo lugar en Pécs, p. 47-55, 7-11 mayo 2018.

MUSSKOPF, André S. Via(da)gens teológicas. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST, 2008. p. 27-39 (versão pdf).

PIERUCCI, Antônio Flávio. "Bye bye, Brasil": o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 18, n. 52, p. 17–28, 2004. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10021>. Acesso em: 10 set. 2024.

SANZ, Raphael. Transição religiosa: Evangélicos crescem em ritmo acelerado mas estão longe de ser consenso. 2023. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2023/12/22/transio-religiosa-evangelicos-crescem-em-ritmo-acelerado-mas-esto-longe-de-ser-consenso-150002.html>. Acesso em: 8 jun. 2024.

SCHULTZ, Adilson. Deus está presente – o diabo está no meio. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST, 2005. p. 35-46.